

SUSTENTABILIDADE

Sistema Valormed

Texto: Fátima de Sousa

Logística ao serviço do ambiente e da saúde

Portugal possui um dos poucos sistemas de recolha de resíduos de medicamentos que se conhece a nível mundial – Valormed. Um sistema que envolve toda a cadeia de valor destes produtos, numa operação logística que, em 25 anos de existência, tem visto os números subir. Ainda que o desempenho esteja aquém do desejável, o mérito não embacia: ao dar um destino ambientalmente seguro a estes resíduos, evita a contaminação de solos e águas pela deposição de produtos químicos no lixo comum ou em aterros, promove a reciclagem de materiais, além de que gera poupanças em saúde, ao diminuir o risco de acidentes pela ingestão indevida de fármacos. A nova licença, que vigora de janeiro deste ano a dezembro de 2034, traz, porém, metas mais ambiciosas.

A recolha de resíduos de embalagens e medicamentos fora de uso e de prazo tem vindo a crescer em Portugal. Em 2024, foram recolhidas cerca de 1.353 toneladas, o que traduz uma subida aproximada de 6% face ao ano anterior. Este é o balanço feito pelo diretor-geral da Valormed, Luís Figueiredo, que, em declarações à SCM, sustenta que o desempenho do sistema poderia ser mais positivo, caso fosse vencida alguma da indiferença dos cidadãos.

Foi em 1999 que a Valormed foi criada como sociedade gestora de resíduos de embalagens e medicamentos, tendo iniciado as operações no ano seguinte. A evolução tem sido crescente e, de acordo com o porta-voz, estima-se que, em 25 anos, tenha evitado custos para a saúde humana na ordem dos 9,1 milhões de euros.

Nos anos de pandemia registou-se um abrandamento natural, até porque muitos dos pontos de recolha não aceitavam a entrega dos resíduos. Mas o ritmo rapidamente foi recuperado, com os números a demonstrarem a adesão dos portugueses. Ainda assim, é preciso mais: "Além da exigência que nos é imposta na licença, de atingirmos determinados objetivos, temos de pensar que, se o fizermos, estamos a proteger a saúde pública e a acautelar efeitos indesejáveis sobre o ambiente", comenta. Luís Figueiredo lamenta, pois, que muitos cidadãos ainda depositem as embalagens e os medicamentos no lixo comum, ao invés de os entregarem nas quase 3500 farmácias e lojas de saúde aderentes, em todo o país.

As farmácias constituem a maioria dos pontos de recolha, estando licenciados cerca de 350 espaços de saúde ou parafarmácias, por enquanto circunscritos à região continental. Em termos percentuais, a sua contribuição em quantidades recolhidas ainda é residual (inferior a 1%). "A colaboração de todos é essencial para encerrarmos adequadamente o ciclo de vida dos

medicamentos e garantir que os seus resíduos não prejudicam o ambiente, pelo que é com um pequeno gesto como o de entregar estes resíduos que cada um de nós deve possibilitar o início de toda a cadeia de reciclagem", apela.

A crescer têm estado, também, o número de centros de receção e as recolhas do subsistema veterinário, mas Luís Figueiredo dá conta de que os resíduos de medicamentos e produtos de uso veterinário recolhidos nas explorações pecuárias representam apenas 6% do total anual. Entende, pois, que há necessidade de maior sensibilização, mas frisa que o subsistema de veterinária da Valormed é o único integrado conhecido a nível mundial.

Colocam-se, todavia, alguns desafios do ponto de vista logístico. Enquanto nas farmácias e espaços de saúde, a recolha dos resíduos é efetuada numa lógica de logística inversa, o mesmo não acontece no subsistema veterinária. Na prática, isso significa que não é possível o aproveitamento do mesmo transporte para entrega de produtos e recolha de resíduos. Assim é porque, habitualmente, as explorações de produção animal adquirem os produtos diretamente no distribuidor ou numa outra qualquer organização licenciada e autorizada de venda de que são associados (cooperativas, organizações de produtores pecuários) – e é nestes locais que estão instalados os contentores para deposição dos resíduos dos medicamentos e produtos veterinários. O que acontece é que os serviços de recolha destes resíduos nos pontos aderentes do subsistema veterinária são realizados segundo um conceito de "rota", de acordo com os critérios de otimização da mesma. "Quando nos é feito um pedido de recolha por parte de um aderente, contactamos outros localizados geograficamente na mesma área para assegurarmos que o espaço de carga será integralmente preenchido", concretiza.

Março 2025



Valorização energética

Todos estes resíduos são encaminhados para incineração com valorização energética, ou seja, produção de energia, de forma controlada e segura nas instalações e num dos incineradores dos operadores licenciados. A propósito, Luís Figueiredo realça que “o processo de triagem tem como objetivo permitir a obtenção máxima da ‘fração reciclável’ operacionalmente viável e tendo em atenção todos os aspetos de segurança, criando as melhores condições para a aceitação desses resíduos pela indústria recicladora”. O que inclui a separação dos vários materiais de embalagem suscetíveis de valorização através de reciclagem, bem como a separação da fração não reciclável, que poderá ser encaminhada para eliminação por incineração.

Questionado sobre se seria possível um sistema em que os medicamentos ainda dentro do prazo pudessem ser aproveitados, o diretor-geral da Valormed é categórico na resposta negativa, desde logo porque as diretivas comunitárias e as entidades de saúde que regulam a introdução de medicamentos o proíbem expressamente. “E entender-se-á facilmente a razão: quando são recolhidos não imaginamos, nem temos meios de saber em que condições os medicamentos foram conservados pelos seus utilizadores”, justifica, remetendo

para práticas comuns, mas incorretas, como guardar estes produtos na cozinha ou na casa de banho. Estes espaços – explica – devem ser evitados porquanto geram humidade e mudanças bruscas de temperatura.

A licença da Valormed como sociedade gestora desta fileira de resíduos foi renovada em julho último. Mas, o seu diretor-geral é crítico dos objetivos de recolha e das metas de reciclagem definidas nesse âmbito. “Consideramos que a publicação da licença através do Despacho Conjunto n.º 16/ME/MAEN/2024 de 30 de junho, não reflete as especificidades do fluxo de resíduos de embalagens e medicamentos, condenando o sistema ao insucesso. A meta de recolha estabelecida na licença é absolutamente inexecutável, o que resultará no sistemático incumprimento dos objetivos de gestão e respetiva penalização financeira da entidade, tornando inviável a continuação da sua atividade”, sublinha, referindo-se à meta de recolha de 40% (para 2025), indexada ao potencial de resíduos gerados. É igualmente crítico da equiparação do SIGREM (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos) ao SIGRE (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens), considerando que “só existe nas metas”, pois, em todos os outros aspetos, este último sistema tem vantagens, como o benefício de apoios europeus.



Luiz Figueiredo
Diretor-geral,
Valormed



Catarina Barreiros
Secretária executiva da
Divisão Farmacéutica,
CroquiFar

Um compromisso da cadeia de valor

Toda a cadeia de valor do medicamento está envolvida na Valormed, da indústria farmacêutica às farmácias comunitárias, passando pela distribuição grossista. Em comum, têm o reconhecimento do mérito do projeto, bem como o compromisso em contribuir para as metas definidas na conceção da licença.

Através da Rosário Lourenço, a Associação Nacional das Farmácias (ANF) reconhece "a enorme relevância e o impacto positivo do trabalho desenvolvido" ao longo de 25 anos, destacando a repercussão a nível da saúde pública e da sustentabilidade segurança ambiental. Afinal, "a Valormed assegura a recolha e o tratamento mais adequado das embalagens vazias e dos medicamentos fora de uso e de prazo de validade, contribuindo para uma gestão mais sustentável da pegada ambiental dos medicamentos. Além disso, promove a segurança ao reduzir o risco de armazenamento e utilização indevida de medicamentos fora de uso ou que estão fora de prazo". Neste processo, nota que as farmácias comunitárias são essenciais no aconselhamento aos utentes para o uso racional e seguro do medicamento e na sensibilização para a importância da eliminação responsável dos resíduos.

O presidente executivo da ADIFA – Associação Portuguesa de Distribuidores Farmacêuticos, Nuno Flora, partilha desta leitura, ao considerar que "a existência de um sistema de gestão para este tipo de resíduos veio responder ao desafio inadiável de implementar um sistema autónomo de recolha e tratamento dos resíduos de medicamentos, garantindo um processo seguro, ao evitar que estejam 'acessíveis' como qualquer outro resíduo

urbano". Na sua ótica, este sistema de gestão proporciona "um contributo imprescindível" para a preservação do ambiente e proteção da saúde pública, representando "um claro compromisso coletivo" de toda a cadeia de valor do medicamento com a saúde pública e com a sustentabilidade ambiental.

Alinhada está, igualmente, a Croquifar, que, pela voz da secretária executiva da Divisão Farmacêutica, Catarina Barreiros, descreve o sistema como fundamental para a gestão ambiental responsável dos resíduos de medicamentos. Ao mesmo tempo, destaca o papel na sensibilização dos cidadãos, "incentivando a devolução de medicamentos vencidos ou não utilizados nas farmácias, fortalecendo, assim, a consciência ambiental e cívica".

A montante está a indústria farmacêutica, cuja associação, a APIFARMA, reconhece o "mérito" do projeto e o trabalho desenvolvido, realçando que, a nível mundial, existem, apenas, sete sistemas semelhantes, sendo que o português se distingue por congregar todos os intervenientes da cadeia do medicamento. A propósito, fonte da associação sustenta que as empresas da indústria farmacêutica "têm obrigação legal de garantir o tratamento das embalagens e dos resíduos de medicamentos (responsabilidade do produtor)", sendo a Valormed "exclusivamente financiada" por elas.



Nuno Flora
Presidente executivo,
ADIFA



Rosário Lourenço
ANF

Circuito logístico com desafios

Cabe à distribuição grossista fazer a ponte entre os diferentes agentes na gestão de resíduos, assegurando que os contentores de recolha são entregues de forma eficiente às farmácias comunitárias e, posteriormente, garantindo que os resíduos recolhidos são transportados com segurança até locais designados para a sua correta triagem e tratamento.

Neste contexto, o presidente da ADIFA sublinha que os seus associados possuem a experiência e os recursos logísticos necessários para lidar com as especificidades deste tipo de operação, pelo que "o seu envolvimento é um fator crucial enquanto garante da eficiência e alcance do sistema, com cobertura nacional e em conformidade com as normas ambientais e de segurança".

A porta-voz da Groquifar partilha desta perspetiva, afirmando que os grossistas desempenham um papel estratégico na logística e no alcance das farmácias, assegurando que estejam devidamente abastecidas com materiais para recolha de resíduos e que os mesmos sejam encaminhados para os destinos apropriados. "Além disso, a colaboração dos grossistas é fundamental para garantir a eficácia da operação em larga escala, já que possuem uma infraestrutura robusta que permite a recolha e transporte dos resíduos de medicamentos de forma eficiente e em conformidade com as normas ambientais", afirma.

Com mais de 3500 pontos de recolha, esta é, de facto, uma operação logística. Catarina Barreiros enfatiza que "as empresas associadas da Groquifar desempenham um papel fundamental nesta cadeia, pois possuem uma rede de distribuição bem estabelecida que permite a movimentação eficiente dos resíduos de medicamentos desde as

farmácias até aos pontos de tratamento". Além disso, promovem a formação e sensibilização das farmácias, bem como a coordenação com os operadores licenciados para o tratamento dos resíduos, ajudando a fechar o ciclo de gestão de forma eficiente e alinhada com os objetivos do programa.

É uma operação logística complexa, como sintetiza Nuno Flora, atribuindo às associadas da ADIFA um papel "determinante" neste circuito, ao garantir a distribuição eficaz dos contentores e o transporte dos resíduos recolhidos, em condições alinhadas com as normas ambientais e de segurança. Acresce que, ao permitirem uma recolha regular e atempada dos resíduos, evitam a acumulação excessiva dos mesmos nas farmácias. Uma mais-valia adicional é a redução da pegada carbónica ao integrar a recolha nas rotas dos distribuidores farmacêuticos, otimizando a logística existente. "O contributo e a experiência do setor da distribuição farmacêutica são um fator diferenciador, ao permitirem que o sistema funcione de forma integrada, eficiente e alinhada com os princípios da sustentabilidade", conclui.

Rosário Lourenço, pela ANF, concorda que o processo de recolha está consolidado, mas adiciona-lhe uma outra camada de complexidade, relacionada com os resíduos corto-perfurantes (como agulhas, lancetas e lâminas). Estes materiais são indevidamente colocados nos contentores da Valormed, o que pode provocar acidentes nas farmácias e nos centros de triagem. "Atualmente, ainda não há um sistema aprovado para a recolha e tratamento destes resíduos em Portugal. A ANF é parceira da solução apresentada pela Apifarma ao Ministério do Ambiente, em 2022, para a gestão de resíduos corto-perfurantes provenientes de autocuidados de saúde domiciliários. No entanto, não houve avanços significativos neste tema", revela, reafirmando que a implementação de um sistema específico para a recolha e

tratamento de resíduos corto-perfurantes é essencial para garantir a segurança dos utentes, dos profissionais de saúde e dos profissionais dos centros de triagem.

Uma questão pertinente à luz dos objetivos de aumento da recolha destes resíduos. Nos últimos anos, o crescimento tem sido consistente, com a porta-voz das farmácias a sublinhar que supera os índices registados em países como Espanha e Itália, onde a subida está na ordem dos 3% a 4%. Atribui este desempenho às campanhas de informação e sensibilização direcionadas aos cidadãos, os quais estão cada vez mais sensíveis para as questões associadas ao ambiente e para a necessidade de preservação e proteção da saúde pública.

As farmácias – diz – estão comprometidas em melhorar progressivamente as taxas de recolha

e é com esse intuito que aderem às campanhas de comunicação promovidas pela Valormed, em paralelo com as suas próprias iniciativas, nomeadamente parcerias com escolas e outras instituições. “Adicionalmente, as farmácias desempenham um papel ativo ao aconselhar diretamente os utentes sobre a importância do descarte adequado de medicamentos fora de uso e embalagens vazias”, declara, dando ainda conta de que a ANF também estimula a participação ativa das farmácias no sistema.

Neste âmbito, anuncia que está em desenvolvimento uma Estratégia de Sustentabilidade para a ANF e para as Farmácias com ações nos pilares ambiental, social e de governança, em que o projeto Valormed será integrado “devido ao seu impacto na sustentabilidade ambiental e na saúde pública”. 📌